

De Lélia Gonzalez a bell hooks: por um feminismo afro-latino-americano e radical visionário

From Lélia Gonzalez to bell hooks: for an Afro-Latin American and radical visionary feminism

Maria Cristina Longo Cardoso Dias ^[a] 

Vitória, ES, Brasil

^[a] Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Como citar: DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. De Lélia Gonzalez a bell hooks: por um feminismo afro-latino-americano e radical visionário. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 37, e202531403, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2965-1557.037.e202531403>

Resumo

O artigo visa a elucidar as críticas que Lélia Gonzalez e bell hooks fazem às opressões, principalmente, as de raça, classe e sexo, bem como mostrar os tipos de feminismo que sustentam para superá-las. Lélia esclarece como essas opressões são produzidas e reproduzidas no contexto brasileiro mostrando que a população negra, especialmente as mulheres negras, estão nos locais mais desvalorizados socialmente, seja do ponto de vista do trabalho e da renda, seja do ponto de vista de suas moradias e mesmo no que concerne à educação, propondo um feminismo afro-latino-americano como forma de desarticular todas as explorações elencadas. bell hooks mostra como opressões foram e são reproduzidas nos locais em que menos esperamos, como em movimentos feministas (a exemplo da ocasião do racismo e elitismo

[a] Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), e-mail: crislongo@gmail.com

presente nos movimentos sufragistas), em movimentos negros (como mostra a reprodução do sexismo entre os panteras negras) e em sala de aula (como quando alunos brancos possuem maior espaço de fala do que outros). bell hooks expõe que qualquer movimento que não se oponha a todas as formas de opressão corre o risco de se tornar um movimento para apenas alguns ou algumas, assumindo posições que, frequentemente, reproduzem explorações. Neste sentido, a autora sustenta o feminismo radical ou visionário como forma de articular um combate conjunto a todas as opressões, aproximando-se da proposta de Lélia. As teorias e práticas de ambas as autoras se voltam, assim, para que qualquer opressão seja combatida, em todos os espaços, a partir dos feminismos propostos por elas, visando a construção de uma sociedade mútua, comunal e por que não amorosa...

Palavras-chave: Lélia Gonzalez. bell hooks. Raça. Classe. Feminismo.

Abstract

This paper aims to elucidate Lélia Gonzalez and bell hooks' criticism against oppression, mainly those of race, class and sex, as well as to show the types of feminisms they support to overcome them. Lélia clarifies how these oppressions are produced and reproduced in the Brazilian context, showing that black population, especially black women, are in the most socially devalued places, from the point of view of work and income, from the point of view of their housing and even with regard to education, proposing an Afro-Latin American feminism as a way to dismantle all the explorations listed. bell hooks shows how oppression was and is reproduced in places where we don't expect it, as in feminist movements (such as the racism and elitism present in the suffragist movements), in black movements (as shown by the reproduction of sexism in the black panthers) and in the classroom (such as when white students have more speaking space than others). bell hooks explains that any movement which does not oppose all forms of oppression has the risk of becoming a movement for just a few, by supporting positions that often reproduce exploitation. In this sense, the author supports a radical or visionary feminism as a form to articulate a joint fight against all oppressions, approaching Lélia's proposal of feminism. Theories and practices of both authors combat any oppression, in all spaces, based on the feminisms proposed by them, aiming the construction of a mutual, communal and, why not, loving society...

Keywords: Lélia Gonzalez. bell hooks. Race. Class. Feminism.

Resumen

El artículo pretende dilucidar las críticas que Lélia González y Bell Hooks hacen contra las opresiones, principalmente las de raza, clase y sexo, así como mostrar los tipos de feminismo que apoyan para superarlas. Lélia aclara cómo estas opresiones se producen y reproducen en el contexto brasileño, mostrando que la población negra, especialmente las mujeres negras, se encuentran en los lugares socialmente más devaluados, ya sea desde el punto de vista del trabajo y los ingresos, ya sea desde el punto de vista de la su vivienda e incluso en lo que respecta a la educación, proponiendo un feminismo afrolatinoamericano como forma de desmontar todas las exploraciones enumeradas. Bell Hooks muestra cómo la opresión se reprodujo y se reproduce en lugares donde menos lo esperamos, como en los movimientos feministas (como el racismo y el elitismo presentes en los movimientos por el sufragio), en los movimientos negros (como lo muestra la reproducción del sexismo en las comunidades negras).

panteras) y en el aula (como cuando los estudiantes blancos tienen más espacio para hablar que otros). Bell Hooks afirma que cualquier movimiento que no se oponga a todas las formas de opresión corre el riesgo de convertirse en un movimiento para unos pocos, adoptando posiciones que a menudo reproducen la explotación. En este sentido, la autora apoya el feminismo radical o visionario como forma de articular una lucha conjunta contra todas las opresiones, acercándose a la propuesta de Lélia. Las teorías y prácticas de ambas autoras tienen por tanto como objetivo combatir cualquier opresión, en todos los espacios, a partir de los feminismos propuestos por ellas, apuntando a la construcción de una sociedad mutua, comunitaria y, por qué no, amorosa...

Palavras-clave: *Lélia Gonzalez. bell hooks. Raza. Clase. Feminismo.*

Introdução

Hierarquias e opressões atravessam nossa pele, impedindo que alguns morem, comam, existam, impedindo que vivamos o sentido de comunidade, da mutualidade, do amor.

Nossa tarefa mais árdua enquanto seres humanos é refazer esses laços, essas possibilidades de nos nutrirmos uns dos outros em igualdade, em conexão, respeito e consideração, uma tarefa que parece longínqua e, às vezes, quase impossível, quando observamos uma realidade tão atroz, tão desnorteadora, mas uma tarefa que também pode ser construída em pequenos gestos, em pequenas tentativas, como a que brotou de leituras coletivas dentro do grupo GEMOA e Pensadorxs Brasileirxs, momento em que, junto de outros colegas, paramos para ler a obra das grandes Lélia Gonzalez e bell hooks.

Mulheres negras que conheci lendo a obra de Lélia Gonzalez, frequentemente, emocionaram-me no seu jeito de falar sobre Lélia, na sua inteligência que ultrapassa uma mera inteligência intelectual, tocaram-me também em sua inteligência emocional, na sua tentativa constante de não afastar ninguém do grupo, no seu esforço de nunca jogar ninguém para fora, nem mesmo quando tensões apareceram. Elas, sem dúvida, carregam o germe do ser humano que nascerá quando todo esse pesadelo passar, quando hierarquias forem quebradas, quando opressões deixarem de existir.

Foi nesse contexto que essas amizades surgiram e foi nessa ocasião que tentamos, por mais que seja uma pequena iniciativa, um grão de areia no deserto, reconstruir o sentido da mutualidade, de comunidade não hierárquica e, por que não, amorosa que bell hooks tão profundamente escreveu a respeito. Dessa forma, este artigo visa trazer os resultados dessa experiência como frutos de uma sociedade que as participantes do grupo gostariam de ver nascer, pela construção de um mundo pelo qual Lélia Gonzalez e bell hooks dedicaram sua vida.

Descobrimos Lélia, pensadora brasileira, produtora de um conhecimento que passa por gerar uma explicação de como opera o capitalismo no Brasil, em que medida o racismo e o sexismo são produzidos e reproduzidos constantemente neste país, desde sua construção, tornando a vida dos povos pobres e racializados um verdadeiro horror.

Lélia ressalta que a população negra brasileira, especialmente a mulher negra, ocupa os locais de menor prestígio social, seja do ponto de vista do emprego e da renda (sendo vítima de uma verdadeira divisão racial do trabalho), seja por ser empurrada para habitar os piores locais como encostas, alagados, morros, áreas sujeitas a constantes contestações de posse (sofrendo uma verdadeira divisão racial do espaço), seja por ter seu acesso e permanência na educação restritos, seja no que concerne a sofrer o racismo “à brasileira” denominado de ideologia do branqueamento.

Da mesma forma, adentramos a obra de bell hooks, pensadora norte-americana, geradora de um conhecimento teórico e prático em que descreve opressões de raça, classe e sexo nos locais em que menos poderíamos esperar, como em uma sala de aula (todos os tipos de opressões), em movimentos feministas (opressões de raça e classe) ou em movimentos antirracistas como os panteras negras (opressões de sexo).

É interessante notar que, para pensar e excluir todos os tipos de opressão, ambas as autoras além de realizarem um diagnóstico sobre o racismo, o sexismo e a opressão de classes, analisando, principalmente, a condição das mulheres negras, propuseram feminismos que jamais deixem de considerar qualquer tipo de opressão, seja o feminismo afro-latino-americano proposto por Lélia Gonzalez ou o feminismo radical visionário, formulado por bell hooks, conforme se verá.

Seção I – Lélia Gonzalez e o feminismo afro-latino-americano

Dentro da tradição de pensadores e pensadoras brasileiras como Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Heleieth Saffioti, Celso Furtado e outros, a autora tenta explicar o capitalismo no Brasil, país da periferia do sistema. De acordo com a autora, haveria três formas que o capitalismo teria assumido aqui, a saber: o capital comercial, o industrial competitivo e o capital industrial monopolista¹. A primeira forma remeteria diretamente ao nosso passado colonial, com maneiras arcaicas de contratação do trabalho, muitas vezes não remuneradas em dinheiro, temporárias e sem proteção legal, neste tipo de capitalismo estaria boa parte da população negra, em trabalhos com remissão direta à escravidão. A segunda forma de organização do capital, no Brasil, foi denominada por Lélia de capital competitivo e seria composta de pequenas empresas que também empregariam uma parte do contingente populacional negro. A terceira maneira de organização do capital brasileiro (o capital monopolista) seria a forma que daria o tom e o comando às outras, empregando um menor contingente populacional negro, requerendo maior grau de qualificação de seus contratados, oferecendo maiores salários e maior proteção legal².

Dessa forma, para a autora, o capitalismo no Brasil estaria em um desenvolvimento desigual e combinado em que, dependendo do local, predominaria um tipo ou outro, estando sempre em simbiose e sob a égide do capital monopolista.

É interessante notar que nos locais onde se pagam os maiores salários, onde há maior proteção legal, onde exige-se maior qualificação da mão de obra e onde os empregos são mais constantes, no que Lélia denominou de capital monopolista, predomina a contratação de mão de obra branca, escasseando a força de trabalho negra.

Por outro lado, no tipo de capitalismo que Lélia cunhou de competitivo em que a margem de lucro e a produtividade do trabalho são menores, em que há baixa proteção legal e menores salários, há abundante contratação de mão de obra negra. Conforme ressaltado, especialmente no que tange ao capitalismo comercial³, a remissão ao passado escravocrata é direta, pois onde predomina este processo de acumulação de capital sobram formas arcaicas de contratação de trabalhadores e trabalhadoras, muitas vezes, emprega-se em troca de casa e comida, ou nem isso, sendo que as pessoas negras são as maiores vítimas destes trabalhos análogos à escravidão.

A população negra vive assim, como uma mão de obra que sobra, no que a autora denominou de “massa marginal”, como a parte do exército industrial de reserva que é não funcional, supérflua, como diz

¹ “Uma segunda diferença remete-nos à distinção entre as duas espécies de capital: a) monopolista – alta taxa de rendimentos; predeterminação a médio prazo, dos custos; menor incidência relativa de mão de obra sobre os custos, etc, implicam, em termos de força de trabalho, na integração estável do trabalhador na empresa (salários maiores, cumprimento das leis sociais, capacidade de negociação com organizações trabalhistas, etc), b) competitivo (satelitizado pelo anterior ou com seu campo de atuação reduzido) – demanda instável; margem de lucro pequena ou flutuante; créditos restringidos; baixa produtividade, grande contingente de mão de obra implica numa tendência para redução dos salários a baixos níveis, no não cumprimento das leis sociais, na neutralização da ação social” (Gonzalez, 2018, p. 56).

² Gonzalez, 2018, p. 59-60.

³ “a presença atual, em diferentes expressões, do capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra, articula-se (em graus de maior ou menor complexidade) com o setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para este último” (Gonzalez, 2018, p. 35).

Lélia, sempre sujeita a trabalhos mal remunerados ou não remunerados, com baixa proteção legal e intermitentes, conforme atesta citação abaixo:

A presença dos três processos de acumulação, sob a hegemonia do capital industrial monopolista, demonstra, por outro lado, que o desenvolvimento desigual e dependente mescla e integra momentos históricos diversos. É nesse momento de sua análise (p. 122) que Nun retorna à questão da funcionalidade da superpopulação relativa afirmando que, no nosso caso, grande parte dela se torna supérflua e passa a constituir uma massa marginal" em face do processo de acumulação hegemônico, representado pelas empresas monopolistas. As questões do desemprego e subemprego incidem exatamente sobre essa população. No desenvolver deste trabalho, verificamos de que maneira o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, "coincidentalmente" pertencem exatamente às mulheres e à população negra (Gonzalez, 2018, p. 56).

Adentramos Lélia escritora, Lélia intelectual, Lélia militante, Lélia ser humano, para desvendar "o lugar do negro" como ela menciona, ou o seu não lugar (como ressalta Ribeiro (2019, p. 38)), que do ponto de vista do trabalho vive a divisão racial do trabalho, em que são submetidos a extenuantes jornadas, mal pagas, incertas, nos trabalhos de menor prestígio social. Ser negro no Brasil significa quase que obrigatoriamente estar nesses locais do ponto de vista do trabalho, ser mulher negra, como diz Lélia, significa estar, praticamente, em apenas dois locais: o de empregada doméstica⁴ ou o de mulher hiperssexualizada, nas palavras da autora: "De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação "profissional": doméstica e mulata" (Gonzalez, 2018, p. 45).

Ser homem negro quer dizer ser constantemente perseguido pela polícia, significa ter que provar frequentemente sua inocência para não ser assassinado ou encarcerado⁵, significa realizar os trabalhos mais pesados, com menor proteção legal, segurança e salário, como diria Darcy Ribeiro: servir de animal de carga ou saco de carvão a ser gasto⁶. A citação, abaixo, da autora, resume bem o local do homem negro na sociedade:

Além disso, aqui também se tem a presença policial: só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar, amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, dado seu caráter racista (segundo a polícia todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo (Gonzalez, 2018, p. 145).

A autora ressalta que ocupar "o local de negro" quer dizer estar em um lócus de constante repressão, inclusive psíquica, em que o recalque e a tentativa de apagamento de nossos antepassados africanos retorna

⁴ "[...] No setor de serviços, encontramos o "lugar natural" da mulher negra que trabalha nas cidades: o emprego doméstico. Já os efeitos máximos do sexismo são encontrados nas atividades agropecuárias onde as mulheres ganham, em média, 14% do que ganham os homens. Quase sempre elas trabalham na agricultura ajudando o marido, sem receber qualquer remuneração" (Gonzalez, 2018, p. 107).

⁵ "Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho concretiza-se na sistemática perseguição, opressão e violência policiais que contra ele se desenvolvem" (Gonzalez, 2018, p. 78-79).

⁶ "As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era facilmente substituído por outro que se comprava [...]. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e opressão" (Ribeiro, 1995, p. 222).

como desejo de mais repressão, tudo isto acontecendo sob os auspícios de uma mentira muito bem contada, a saber: a de que viveríamos uma democracia racial porque somos miscigenados.

Lélia Gonzalez afirma, em seus textos, que o mito da democracia racial, cujo expoente teórico encontra voz, principalmente, em Gilberto Freyre, reflete a fábula de que não haveria racismo no Brasil porque somos um povo miscigenado⁷. Este mito é ancorado no tipo de racismo brasileiro denominado, pela autora, de ideologia do branqueamento, que nos estimula a negar nossas origens africanas e a procurar alguma forma de embranquecer: seja alisando os cabelos, seja casando-se com pessoas mais brancas para ter filhos mais brancos, seja glorificando nossos antepassados europeus e ocultando nossas descendências africanas e indígenas.

A forma como o racismo opera no Brasil desarticulava o seu reconhecimento, canalizando todas as energias daqueles que sofrem racismo para o desejo e o esforço de embranquecer, ao invés de lutar contra esta opressão. O mito da democracia racial autorizava a existência do racismo com a ideia de que porque somos miscigenados, enquanto povo, não haveria aqui nenhum tipo de discriminação racial.

Além de sofrerem a discriminação racial por meio da ideologia do branqueamento e de estarem submetidos aos piores postos do ponto de vista da divisão do trabalho, Lélia nos ensina que “o local de negro”⁸, simboliza, também, habitar os locais geográficos mais precários como favelas, encostas, morros, alagados, áreas sujeitas a constantes contestações de posse, em geral, sem saneamento básico, no que a autora denominou de divisão racial do espaço⁹. Ou seja, os espaços das cidades e do campo seriam racialmente divididos.

No que concerne ao emprego, a autora ressalta, portanto, que a população negra é submetida a uma divisão racial do trabalho em que quando não está desempregada, está em trabalhos mal remunerados, com baixa ou nenhuma proteção legal, intermitentes e de baixo prestígio social¹⁰. Conforme mencionado, os homens negros permaneceriam sempre sujeitos à violência e ao encarceramento e, quando ocupados, estariam, em geral, em tarefas braçais mal-remuneradas, como trabalhadores da construção civil, boias-frias, camelôs, porteiros, pedreiros, etc.

A autora mostra, ao longo de inúmeros artigos presentes no livro *Primavera para as Rosas Negras*, que a situação é ainda mais precária quando se trata da mulher negra, pois, do ponto de vista da ocupação profissional, esta estaria na base da pirâmide social, principalmente na figura da empregada doméstica ou da mulher hiperssexualizada. Os dados apresentados pela autora, na época da escrita de seus textos, refletem esta realidade por ela afirmada, pois:

⁷ “Este fato daria origem, na década de 30, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistia em nosso país graças ao processo de miscigenação [...]” (Gonzalez, 2018, p. 35).

⁸ Gonzalez, 2018, p. 346.

⁹ “Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países subdesenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço” (Gonzalez, 2018, p. 145).

¹⁰ “É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do sistema econômico como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria a massa marginal crescente” (Gonzalez, 2018, p. 65).

No que diz respeito às diferenças de rendimento médio, o censo de 1980 apresenta-nos os seguintes dados: até um salário mínimo, um percentual de 23,4% de homens brancos, 43% de mulheres brancas, 44,4% de homens negros e 68,9% de mulheres negras. De 1 a 3 SM: 14,6% de homens brancos, 9,5% de mulheres brancas, 8,0% de homens negros e 3,1% de mulheres negras. E dentre aqueles com rendimentos acima de 10 SM [...] 0,3% de mulheres negras" (Gonzalez, 2019, p. 271).

Estes dados mostram que conforme a renda sobe, o percentual de mulheres negras decresce, em outras palavras, de acordo com a citação acima, as mulheres negras recebiam os menores salários. Tal realidade parece não ter mudado muito de 1980 para cá, pois dados do IPEA de 2015 mostram que o rendimento médio mensal brasileiro dos homens brancos era de R\$ 2.509,7, o rendimento médio mensal das mulheres brancas era de R\$ 1.765,0, enquanto o rendimento médio mensal dos homens negros era de R\$ 1.434,1 e o das mulheres negras era de R\$ 1.027. Em outras palavras, as mulheres negras seguem com os menores rendimentos, estando na base da pirâmide social.

Não é à toa que a solução proposta pela autora envolve pensar um tipo de feminismo que articule a exclusão das várias opressões descritas acima, ou seja, que leve em conta as opressões de raça, classe, sexo e outras, com vistas a desestruturá-las. A autora cunha esse feminismo de afro-latino-americano, em suas palavras:

Por um outro lado o Movimento Negro (MN) – e falemos do caso brasileiro ao explicitar a articulação entre as categorias de classe, raça, sexo e poder, desmascara as estruturas de dominação de um estado e de uma sociedade que veem como natural o fato de que quatro quintos da força de trabalho negra sejam mantidas aprisionadas em uma espécie de cinturão socioeconômico que lhes ofereça oportunidade de trabalho manual e não qualificado (Gonzalez, 2019, p. 316).

Em outras palavras, o feminismo afro-latino-americano proposto por Lélia Gonzalez articula, necessariamente, raça, classe e sexo, entre outras hierarquias, desnaturalizando estruturas sociais retratadas como aceitáveis, como os péssimos locais em que a população negra é colocada, sem jamais recair no erro de deixar de fora grupos socialmente excluídos, com vistas a propor o fim de todas as opressões.

Seção II – bell hooks e o feminismo radical visionário

Para relacionar o pensamento de bell hooks ao pensamento que expusemos de Lélia, usaremos os livros *O feminismo é para todo mundo: práticas arrebatadoras*, *E eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo* e *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*.

Em todos os livros citados acima, bell hooks mostra a constante tensão entre mulheres brancas e negras que frequentemente se traduz em tentativa de reproduzir hierarquias por parte das mulheres brancas, utilizando-se de suas posições de classe e do racismo como forma de se sobrepor¹¹. De acordo com a autora, esses comportamentos se expressaram não somente durante a escravização dos povos negros, quando mulheres brancas tiranizaram suas irmãs negras para explorar seus trabalhos, mas também quando viam seus bebês serem vendidos passivamente ou quando as enxergavam como concorrentes sexuais,

¹¹ “Quando mulheres não brancas criticaram o racismo dentro da sociedade como um todo e chamaram atenção para as formas com que o racismo moldou e influenciou a prática e a teoria feministas, várias mulheres brancas simplesmente deram as costas para a sororidade e fecharam a mente e o coração. E isso é igualmente verdadeiro para as questões de classismo entre mulheres” (hooks, bell, 2019a, p. 37).

castigando-as, inclusive, corporalmente¹². Estes atos e comportamentos expressaram-se também em movimentos políticos como quando Angela Davis ressalta que sufragistas norte-americanas adotavam discursos racistas para conseguir proeminência de voto em relação à população negra, em um exemplo do que a autora denomina de “lutas não potentes”¹³.

Destas práticas que expressaram a dominação de mulheres negras por mulheres brancas, bell hooks ressalta que surgirá um movimento feminista muitas vezes comandado por mulheres brancas que utilizam a categoria mulher como um universal para ocultar a situação ainda mais opressiva a que mulheres negras estão submetidas, qual seja: a situação de corpos entrecruzados por opressões de raça, classe e sexo¹⁴.

bell hooks ressalta, assim como Lélia, a relutância que essas mulheres brancas expressaram quando a questão racial e de divisão de classes foi colocada dentro destes movimentos por mulheres negras. Muitas mulheres brancas, especialmente as que vinham de classes privilegiadas, ressaltaram que este argumento poderia dividir o movimento feminista, divisão que de fato já ocorria desde a época da escravização dos povos negros. Nas palavras da autora, “Naquele tempo, mulheres brancas que não queriam encarar a realidade do racismo e da diferença racial nos acusaram de ser traidoras por termos introduzido a questão de raça. Equivocadamente, viram-nos desviando o foco de gênero” (2019a, p. 92).

É interessante notar que Lélia descreve a mesma dificuldade de bell hooks de introduzir a questão racial dentro dos movimentos feministas. O argumento utilizado pelas mulheres brancas brasileiras era o mesmo, pois tais mulheres diziam que reconhecer que mulheres negras estavam em uma posição de maior inferioridade que as mulheres brancas significaria dividir o movimento. Nas palavras de Lélia:

Para finalizar gostaríamos de chamar atenção para como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres, etc, etc, não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida (...). Em recente encontro feminista realizado no Rio de Janeiro, nossa participação causou reações contraditórias (...) no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras todavia, as representantes das regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causadora por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e de outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca (Gonzalez, 2018, p. 70).

bell hooks afirma que muitas mulheres brancas não queriam discutir questões de opressão de raça e classe, porque tinham o intuito de usar o movimento feminista apenas para ascender socialmente. Muitas

¹² “[...] ausência de compaixão das mulheres brancas não só em circunstâncias que envolviam o abuso sexual e físico das negras como também em situações em que crianças negras eram separadas de suas mães escravas [...]” (hooks, bell, 2020, p. 131).

¹³ Davis, 2016, pp. 80-81.

¹⁴ “Perturbei-me pelo fato de as professoras e alunas brancas ignorarem as diferenças de gênero na vida dos negros – de falarem sobre a condição e a experiência das “mulheres” quando estavam se referindo somente às mulheres brancas” (hooks, bell, 2020, p. 162).

delas queriam somente ocupar as mesmas posições que os homens brancos capitalistas¹⁵, mantendo intacta a estrutura social que produz e reproduz o racismo, o sexismo e as classes sociais, para conservar o sistema em que uma minoria explora uma maioria.

De fato, a autora comenta que muitas mulheres saíram do movimento feminista quando conseguiram ascender socialmente. Nesse sentido, a autora indaga qual feminismo seria este que não questiona opressões de raça e classe, que feminismo seria este que não contesta uma estrutura que chancela a dominação de uma imensa maioria por uma pequena minoria.

Embora bell hooks reconheça que o feminismo reformista¹⁶ tenha sido importante para conseguir algumas conquistas, ele tem sido constantemente apropriado por instituições e por uma mídia de massa que elegem algumas mulheres como representantes dos movimentos, em geral, mulheres brancas, heterossexuais e de classe alta, cuja figura não perturbe a ordem patriarcal, racista e classista.

bell hooks se filia a um feminismo oposto a este, denominado por ela de radical, revolucionário ou visionário. Um feminismo que se opõe frontalmente às opressões de classe, raça e sexo. De acordo com a autora, esse feminismo teria surgido na década de 60 e teria como propósito a exclusão de todas as opressões, a construção de uma sociedade comunal; a derrubada do modo de produção capitalista. Em suas palavras:

O sonho era substituir aquela cultura de dominação por um mundo de economia participativa fundamentada em comunalismo e democracia social, um mundo sem discriminação baseada em raça ou gênero, um mundo onde o reconhecimento da mutualidade e da interdependência seria o *ethos* dominante, uma visão ecológica global de como o planeta pode sobreviver e como todo mundo nele pode ter acesso à paz e ao bem-estar (hooks, bell, p. 157).

O feminismo visionário radical, de acordo com a autora, não exclui homens do movimento, ao contrário, bell hooks ressalta que o feminismo não será totalmente vitorioso enquanto não conseguirmos destruir a cultura patriarcal, de inferiorização das mulheres, também junto aos homens¹⁷. Em outras palavras, enquanto os homens não forem atraídos para o movimento, dificilmente derrubaremos o patriarcado.

A autora ressalta que a grande mídia patriarcal esforçou-se por tentar dizer que todas as feministas seriam anti-homem, como uma forma de atrair a antipatia masculina ao movimento¹⁸. Outro ponto relevante, destacado por bell hooks, diz respeito à importância da difusão das ideias feministas em livros

¹⁵ “Desde o princípio, mulheres brancas reformistas com privilégio de classe eram bem cientes de que o poder e a liberdade que queriam era a liberdade que elas percebiam que os homens de sua classe aproveitavam” (hooks, bell, 2019a, p. 67).

¹⁶ “Enquanto algumas militantes eram feministas reformistas estavam muito dispostas a mudar o cenário de discriminação econômica baseada em gênero, de forma que pudessem ter igualdade em relação aos homens de classes privilegiadas, outras simplesmente acreditavam que o movimento promoveria mais mudanças concretas na vida das mulheres se a energia estivesse focada em reformas. No entanto, renunciar à essência radical da luta feminista acabou por tornar o movimento mais vulnerável à cooptação pelo patriarcado capitalista convencional” (hooks, bell, 2019a, p. 158).

¹⁷ “Dito de maneira simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão [...] Eu gostava dessa definição porque não deixava implícito que homens eram inimigos. (...) Na verdade, essa definição deixa implícito que todos os pensamentos e todas as ações sexistas são problemas, independentemente de quem os perpetua se mulher ou homem, criança ou adulto” (hooks, bell, 2019a, p. 17).

¹⁸ “Claro, ao caracterizar o feminismo como anti-homem, eles conseguiram desviar a atenção da responsabilidade que eles têm pela dominação masculina. Se a teoria feminista tivesse oferecido visões mais libertadoras de masculinidade, teria sido impossível para qualquer pessoa dispensar o movimento com a justificativa de ser anti-homem” (hooks, bell, 2019a, p. 106).

infantis, à construção de mídias alternativas como rádios e canais feministas com financiamento das engajadas no movimento, transmitindo as referidas ideais para crianças, adolescentes e adultos em linguagem fácil e acessível¹⁹.

bell hooks salienta que pouco se investiu na difusão das ideias feministas, especialmente na divulgação de um pensamento que mostre a ligação entre as várias formas de opressão e a cultura sexista. Embora a autora reconheça que no meio acadêmico o feminismo questionador das várias opressões tenha conseguido uma relativa difusão, essas ideias divulgadas neste meio não têm sido traduzidas para o grande público.

No livro *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*, a autora afirma que o meio acadêmico é um local de forte replicação de opressões de classe, raça e sexo, reprodução esta que não acontece, muitas vezes, de forma explícita, pois ocorre no privilégio que se dá às falas de alguns em detrimento de outros, como dar mais espaço para alunos homens, brancos e de classes privilegiadas. De fato, bell hooks comenta que esses alunos já se colocam como se suas falas fossem mais relevantes no momento em que cortam a palavra de seus colegas ou quando se sentem no direito de opinar muito mais que os outros.

A autora comenta a dificuldade que foi introduzir questões de gênero na academia e que ainda mais complicado foi tentar levantar a discussão relacionada à opressão racial e de classes dentro dos movimentos feministas, muitas vezes dominado por mulheres brancas. Dentro da academia não foi diferente, pois uma vez que os estudos ligados à opressão de gênero passaram a ser reconhecidos como um ramo digno de ser ensinado, o debate sobre questões raciais não aconteceu imediatamente, ao contrário, houve muita resistência sob o argumento de que estas questões dividiriam as mulheres.

Obviamente, esta divisão já estava posta na realidade. Escamotear as diferenças abismais entre mulheres brancas e negras, sob a categoria universal “mulher” e negar estas diferenças significava apenas mais uma maneira de oprimir as mulheres negras.

A autora denuncia estas dificuldades na academia e ressalta a relevância da construção de uma pedagogia libertária dentro da sala de aula. Inspirada explicitamente pela *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire²⁰, bell hooks mostra a importância de reconstruir, no espaço da sala de aula, uma comunidade não opressiva, em que as experiências de alunos e alunas possam ser ouvidas e valorizadas, de forma a servir de matéria para que os assuntos abordados em aula sejam debatidos não apenas abstratamente, mas concretamente.

A filósofa ressalta a importância de não reproduzirmos hierarquias de classe, raça e sexo na sala de aula, ouvindo as vivências desses alunos e relacionando-as aos assuntos abordados. Esta experiência da aplicação de uma pedagogia libertária, no espaço de aula, seria fundamental para fomentar, nesse microcosmos, uma sociedade livre do sexismo, racismo e de opressões de classes, para construir o germe de uma sociedade não opressiva.

bell hooks destaca que assuntos ligados a opressões de raça, classe e sexo adentraram a universidade, mas são muitas vezes ensinados de maneira a continuar reproduzindo as mesmas hierarquias que são combatidas no discurso²¹. Ademais, frequentemente, não há representatividade no quadro docente

¹⁹ hooks, bell, 2019a, p. 24.

²⁰ hooks, bell, 2020, p. 65-66.

²¹ “Pouco se discute – se é que se discute – o modo com que as atitudes e os valores das classes materialmente privilegiadas são impostos a todos por meio de estratégias pedagógicas tendenciosas” (hooks, bell, 2010, p. 238).

que ensina estas questões, sendo tematizadas não por mulheres negras que possam falar das próprias experiências, mas por homens ou mulheres brancas.

Não se trata, de forma alguma, de ser essencialista, de dizer que só porque a pessoa é branca ela será uma opressora reprodutora do racismo e apoiadora do sistema de classes, ou porque ela é negra ela defenderá a luta antirracista. A autora, inclusive, adota uma posição não essencialista²² que não naturaliza comportamentos pela cor da pele ou sexo, postura esta explicitada em seu livro *Ensinando a transgredir*. O maior exemplo disso é sua admiração pela teoria e pelo ser humano Paulo Freire, como fica demonstrado em sua obra. Isto não significa, porém, que ela abra mão de denunciar reproduções de opressões de classe, raça e sexo praticadas, frequentemente, por alguns grupos como o de homens brancos capitalistas e mulheres brancas, especialmente as de classe alta.

Tanto no livro *Ensinando a transgredir* quanto no livro *E eu não sou uma mulher*, bell hooks destaca que é preciso falar do sexismo que há dentro do movimento negro e que é frequentemente reproduzido por homens negros²³. A autora ressalta que em famosos movimentos negros como o panteras negras, homens tratavam as mulheres negras como suas secretárias, colocando sérias barreiras à sua ascensão política dentro do movimento²⁴. Lélia também ressalta o sexismo praticado por homens negros dentro dos próprios movimentos negros, conforme ressalta a autora: "Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento" (Gonzalez, 2019, p. 316).

Nesses mesmos livros, bell hooks ressalta que as hierarquias sexuais foram impostas pelos senhores de escravos aos escravizados, quando, por exemplo, isentavam os homens negros de realizar afazeres domésticos e de cuidado com crianças e idosos, levando à construção de uma hierarquia sexual entre pessoas negras que opera até os dias atuais.

Em todos os três livros citados, bell hooks aponta as hierarquias presentes em lugares nos quais poucas pessoas têm coragem de citar, como dentro do próprio movimento negro, quando ela denuncia o sexismo sustentado por homens negros. Ou quando a autora mostra o racismo e o classismo dentro dos movimentos feministas, ou mesmo na ocasião em que ela expõe de forma sistemática a reprodução dessas opressões dentro da sala de aula, inclusive no ensino superior.

Para todas as divisões e opressões que bell hooks descreve e denuncia em seus livros, seja dentro do movimento feminista, seja no movimento negro, seja na academia, a autora busca soluções que denunciem opressões de raça, classe e sexo e tantas outras que ainda não foram nomeadas. Tais soluções passam pela construção de um feminismo visionário radical que coloque na ordem do dia a derrubada do sistema patriarcal, racista e classista voltado ao lucro de alguns. Saídas que requerem um feminismo que não sirva apenas de escada para algumas (que ocuparão o local de opressoras de uma imensa maioria), mas que

²² "Embora me oponha a qualquer prática essencialista que construa a identidade de maneira monolítica e exclusiva, não quero abrir mão do poder da experiência como ponto de vista a partir do qual fazer uma análise ou formular uma teoria" (hooks, bell, 2020, p. 122).

²³ "Vários homens negros que expressam as maiores hostilidades direcionadas à estrutura de poder do homem branco com frequência desejam ganhar esse poder. As expressões de ódio e raiva deles é menos uma crítica à ordem social patriarcal do homem branco do que uma reação contra o fato de que não foi permitida sua participação completa no jogo de poder" (hooks, bell, 2019b, p.155-156).

²⁴ hooks, bell, 2019b, p. 156.

construam movimentos que se neguem a reproduzir a vida com base em opressões, conforme atestam as palavras da autora:

O feminismo visionário radical incentiva a todos nós a ter coragem de avaliar a vida do ponto de vista de gênero, raça e classe, para que possamos compreender precisamente nossa posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca imperialista. (hooks, bell, 2019, p. 36).

É nesse contexto que a autora propõe discutir o sexismo com homens negros nos movimentos antirracistas, bem como construir uma pedagogia libertária que leve em conta a relação de experiências pessoais de alunos e alunas com os temas abordados, com vistas a desconstruir hierarquias na academia e criar, ainda que nesse pequeno ambiente, uma comunidade igualitária e por que não amorosa, em suas palavras.

No mesmo intuito, bell hooks levanta críticas aos movimentos feministas quando não questionam ou mesmo reproduzem as várias formas de opressão, assim como faz Lélia Gonzalez nos movimentos de mulheres brasileiros.

A sororidade tão almejada e citada por bell hooks só pode acontecer a partir desta compreensão de que o sexismo, o racismo e as opressões de classes servem a certos propósitos lucrativos e que sem esse reconhecimento e o combate efetivo contra essas formas hierarquizadas de organizar a sociedade, não pode haver verdadeira solidariedade, união e construção de uma sociedade justa, conforme menciona a autora:

A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado. É importante destacar que a sororidade jamais teria sido possível para além dos limites de raça e classe se mulheres individuais não estivessem dispostas a abrir mão de seu poder de dominação e exploração de grupos subordinados de mulheres. Enquanto mulheres usarem poder de classe e raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo. (hooks, bell, 2019a, p. 36).

É, portanto, a partir da organização dos e das participantes da sociedade no feminismo radical, visionário ou revolucionário, como propõe bell hooks, ou por intermédio de sua organização no feminismo afro-latino-americano, proposto por Lélia Gonzalez, que todas as opressões estarão em xeque e poderão ser desconstruídas com vistas a colocar fim ao racismo, sexismo e desigualdades de classes, para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa.

Considerações finais

A partir do presente texto foi possível adentrar o pensamento de Lélia Gonzalez e bell hooks para entender os diagnósticos que elas fazem das várias opressões, bem como para compreender suas propostas para superar as hierarquias mencionadas.

Apresentamos os tipos de capitalismo que operam no Brasil, para Lélia Gonzalez, para mostrar que funcionam de maneira desigual e combinada, sempre em simbiose, e que nos tipos em que são oferecidos postos de trabalho com menor qualificação, menores ou inexistentes salários e em que a proteção legal é menor, como no capitalismo comercial e competitivo, predomina a mão de obra negra.

Em outros termos, conforme mostrado, o racismo opera como um elemento da maior importância para localizar a população negra nos locais de menores remunerações, como uma massa marginal, submetida

a uma divisão racial do trabalho. Desse ponto de vista, como vimos, "o local do negro" para os homens negros é o lócus dos trabalhos intermitentes, braçais, com baixa qualificação, como pedreiros, boias-frias, camelôs, entregadores de iFood, quando não estiverem em situação de rua, sujeitos a uma constante perseguição policial. No que concerne às mulheres negras, estas estão postas, basicamente, em dois locais do ponto de vista da ocupação profissional: como mulheres hiperssexualizadas ou como empregadas domésticas.

A partir dos textos de Lélia Gonzalez, mostramos dados que apontam como as mulheres negras estão na base da pirâmide social, do ponto de vista da renda. Atualizamos esses dados para números mais recentes, demonstrando que essa situação infelizmente não mudou.

O "local de negro", como provoca Lélia, quando se trata de suas moradias, são as piores moradias, como encostas, morros, áreas sujeitas a contestações de posse, alagamentos, em geral, sem saneamento básico, submetidos a uma verdadeira divisão racial do espaço.

Mencionamos a maneira como Lélia descreve o tipo de racismo brasileiro que nos faria negar nossas origens africanas e glorificar nosso antepassados europeus, levando boa parte da população brasileira a empreender todos os seus esforços nessa tarefa, ao invés de reconhecerem que sofrem as terríveis consequências do racismo e se organizarem para derrubar esse tipo de opressão.

Para desarticular as várias opressões diagnosticadas por Lélia, a autora propõe o feminismo afro-latino-americano, responsável por jamais deixar de considerar qualquer opressão, com a finalidade de contribuir para seu fim.

De maneira muito semelhante à Lélia Gonzalez, bell hooks sustenta o feminismo radical visionário ou revolucionário que pretende diagnosticar as várias formas de opressão para encontrar meios para superá-las. A autora empreende duras críticas às mulheres partidárias de um feminismo que luta apenas por algumas, como as pertencentes ao feminismo liberal. De acordo com a autora, as participantes desse tipo de feminismo estariam apenas interessadas em ter os mesmos direitos à opressão que os homens de sua classe, tanto é verdade que assim que conseguem o que pretendem, abandonam o movimento.

Vimos as denúncias que bell hooks faz sobre locais e movimentos que dizem lutar contra opressões reproduzindo outras, como o movimento dos panteras negras, quando subalternizavam as mulheres negras em relação aos homens negros ou dentro de sala de aula, quando são discutidas teorias libertárias com práticas que reforçam opressões, por exemplo, quando pessoas racializadas ou de classe baixa são preteridas em suas falas dentro do espaço de sala de aula ou mesmo nos movimentos feministas quando algumas mulheres se negavam a acolher uma análise com recorte racial.

A partir da explanação das teorias de ambas as autoras foi possível compreender que movimentos que se neguem a considerar qualquer que seja a opressão correm o risco de reproduzi-la, nesse sentido, parecem ser vias possíveis e passíveis de desarticulação dessas opressões o feminismo afro-latino-americano, proposto por Lélia Gonzalez, em confluência com o feminismo radical visionário proposto por bell hooks.

Referências

- BARRETO, R. Lélia Gonzalez, Uma Intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as Rosas Negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea organizada e editada pela UCPA-União dos coletivos africanistas. Edição 1. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. Pp.12-27.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Edição 1. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.
- DIAS, M. C. L. C. A noção de opressão para Angela Davis. *Princípios*, Natal, v. 27, n. 52, jan-abr 2020.
- DIAS, M. C. L. C. Modo de produção capitalista e a constituição de opressões para Silvia Federici: Caminhos de luta a partir de Angela Davis e Djamila Ribeiro. *Ideação*, n. 42, 2020.
- GONZALEZ, L. *Primavera para as Rosas Negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea organizada e editada pela UCPA-União dos coletivos africanistas. Edição 1. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo Afro-Latino-Americano*. Edição 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, L; HASENBALG, C. *Local de negro*. Edição 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Edição 2. São Paulo: wmf martins fontes, 2020.
- hooks, bell. *E eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo*. Edição 1. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: práticas arrebatadoras*. Edição 8. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.
- hooks, bell. *Tudo sobre o amor*. Edição 1. São Paulo: Elefante, 2021.
- IPEA. *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*. Indicadores pobreza, distribuição e desigualdade de renda, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Edição 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Edição 1. São Paulo: Pólen, 2019.

RECEBIDO: 25/03/2024
APROVADO: 06/02/2025
PUBLICADO: 17/03/2025

RECEIVED: 03/25/2024
APPROVED: 02/06/2025
PUBLISHED: 03/17/2025